

Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas

(Collective and political identity in the trajectory of rural workwomen's organization in Minas Gerais: toward a political psychology of collective action)

Marco Aurélio Máximo Prado*
Carmella de Paula Ferreira Campici**
Sara Deolinda Pimenta***

Resumo

O texto apresenta um estudo da organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais, focando sua análise nas práticas e nos discursos grupais que colaboraram no processo de constituição da identidade política do grupo, cujo ápice se deu na organização da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Com os dados coletados nos documentos históricos, nas entrevistas individuais semi-estruturadas e no diário de campo, procedeu-se uma análise de conteúdo com base em duas categorias, a saber: estratégias de mobilização e processo de conscientização. Os resultados revelam que a identidade política configura-se, assim, como aquele elemento que, ao mesmo tempo, é possibilitado e constituído no interior do processo mobilizatório e revela-se como elemento mediador da consistência interventiva dos grupos envolvidos na luta, e, nessa medida, promove transformações subjetivas e objetivas tanto em indivíduos particulares como nas diversas esferas da vida cotidiana.

Palavras-chave: Movimento social; Trabalhadoras rurais; Identidade política; Psicologia política.

• Texto recebido em set./2004 e aprovado para publicação em nov./2004.

* Psicólogo, doutor em Psicologia Social pela PUC/SP. Professor adjunto no Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais/Fapemig. e-mail: mamprado@ufmg.br.

** Aluna de Iniciação Científica Pibic/CNPq. Núcleo Psicologia Política. Curso de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. e-mail: carmellapfc@gmail.com.

*** Mestranda em Psicologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais. e-mail: sarabhz@terra.com.br.

Este artigo pretende abordar alguns dos processos psicossociológicos envolvidos e desenvolvidos na construção das identidades coletiva e política em movimentos de ação coletiva, neste caso, o movimento empreendido por mulheres trabalhadoras rurais de Minas Gerais, organizadas, particularmente, por meio da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais (CEMTR-MG).¹ Para além desse objetivo mais geral, que atravessa todo o corpo da discussão, o artigo destaca três pontos fundamentais, os quais, por sua vez, oferecem as balizas teóricas, metodológicas e políticas que orientaram o trabalho de pesquisa e a sistematização analítica. Um primeiro aspecto corresponde a explicitar a especificidade da Psicologia Social e Política na pesquisa sobre movimentos sociais e ações coletivas; um segundo aspecto coloca em evidência o caráter emancipatório – em seus níveis individual e coletivo – das experiências construídas coletivamente pelos atores sociais implicados no movimento de articulação e rearticulação empreendido por mulheres trabalhadoras rurais que integraram a CEMTR-MG e no processo de transformação consciente da realidade; e um terceiro aspecto é vislumbrado na análise de algumas categorias retiradas dos dados empíricos e que colaboram para a compreensão do processo de mobilização social, entendido com base na Psicologia Política.

PARA UM ESTUDO PSICOPOLÍTICO DAS AÇÕES COLETIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O campo de estudo dos movimentos sociais tem sido um dos mais inquietantes e efervescentes dos últimos anos em diferentes países (Klandermans &

¹ Importante esclarecer que a Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, instância da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg), a partir de maio de 2002 sofreu uma mudança significativa em sua composição e orientação decorrentes da realização das eleições durante o 5º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais. As trabalhadoras rurais, dirigentes sindicais de diversas regiões do Estado que integravam a referida Comissão buscam hoje se rearticular em outros espaços. Assim não se sabe, ao certo, se o grupo rearticulado irá se projetar como um agente social no cenário rural mineiro, mas, sem dúvida, historicamente suas integrantes têm assumido importantes lideranças nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, comunidades e assentamentos rurais, e vem promovendo (ao menos alguns de seus membros) articulações coletivas importantes, como é o caso de iniciativas para criar a nova Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Minas Gerais.

Staggenborg, 2002). O enfoque não mais baseado em uma patologização das ações coletivas (Prado, 2000), mas, agora, a compreensão da dinâmica interna das ações sociais e práticas desenvolvidas por esses grupos (Sandoval, 1989) tem revelado um campo de intensa pesquisa comparada e debate entre diferentes grupos de pesquisadores (Johnston & Klandermans, 1995). Categorias e análises, que contemplam diferentes posturas teóricas (Gohn, 1997; Prado, 2000), vêm sendo desenvolvidas para a compreensão dos aspectos psicossociais que levam as pessoas a desafiar autoridades instituídas, a expressar descontentamentos mediante ações coletivas, a construir formas de democratização das relações sociais e dos recursos políticos e, sobretudo, a desenvolver ações e formas de pertencimento grupal que garantam a permanência desses grupos nas sociedades complexas, ao tematizar os dilemas e conflitos dessas mesmas sociedades (Melucci, 1996). Além disso, vários âmbitos da participação social nos movimentos de ação coletiva têm sido pesquisados, como os aspectos psicológicos individuais da participação, as mudanças da identidade individual na participação em movimentos sociais (Della Porta & Diani, 1999), a conscientização social e política, as mudanças nas relações cotidianas e outros (Sandoval, 2001).

A clássica divisão na análise dos movimentos sociais que fortaleceu a dicotomia entre motivação individual e oportunidades estruturais trouxe, como consequência, uma análise muito reduzida da complexidade das ações coletivas. E, além dessa redução, a divisão fortaleceu estudos que não se preocuparam com o processo de constituição de tais ações coletivas e com o caráter simbólico delas (Della Porta & Diani, 1999).

De modo geral, essa divisão, quando tomada como ponto de partida para pensarmos determinado movimento social, limita o olhar sobre o objeto, impedindo-nos de observar o grupo em função de sua complexidade, já que os movimentos sociais caracterizam-se não só por demandas reivindicatórias, mas também pelos processos simbólicos que desenvolvem na estruturação de uma ação grupal e pela relação com o contexto social (Machado & Prado, 2004). Dessa forma, deveríamos compreender o fenômeno do movimento social no campo da complexidade que se apresenta, bem como identificar processos psicossociais que estão implicados na constituição da identidade política, já que é na práxis que se constitui a natureza de dado tipo de ação coletiva com significados (Prado, 2000).

Um movimento social não é motivado somente pela existência das relações de opressão que excluem os indivíduos, mas também pela intenção da construção social de outra realidade, constituída de novos elementos simbólico-culturais (Prado, 2001). Os movimentos sociais, conquanto participantes por excelência do campo do político, fazem parte de uma complexa teia de relações,

que muitas vezes suscitam não apenas contradições com as significações hegemônicas da realidade, como também antagonismos plurais que se sobrepõem, cada qual lutando por seus interesses e contra a situação de opressão na qual se encontram, competindo, assim, por uma nova forma de significação da realidade num constante campo de negociações conflitivas (Melucci, 1996).

De forma que podemos entender que a construção de identidades coletivas baseadas no terreno do reconhecimento das equivalências dos direitos é um processo de âmbito coletivo, configurando, desse modo, o espaço do político (Mouffe, 1999) como emergência de antagonismos sociais que conferem ao campo do político o espaço de articulação desses grupos e ações coletivas. Faz-se mister apontar que tais ações coletivas configuram-se não somente em torno de questões materiais, mas também de questões identitárias e de reconhecimento que, nas sociedades contemporâneas, parecem se colocar com grande visibilidade social (Melucci, 1996).

Neste texto, pretendemos apontar alguns elementos que permitem uma compreensão da construção da identidade coletiva e política como um processo psicossocial; esses podem ser observados nas práticas de diferentes movimentos sociais que temos estudado em uma ampla pesquisa em Minas Gerais. Aqui nos deteremos particularmente no estudo da organização política das trabalhadoras rurais por intermédio da CEMTR-MG.

PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia adotada no presente trabalho consistiu em uma abordagem qualitativa (Mendes, 2003), desenvolvida em quatro etapas de coleta e tratamento dos dados. Nas operações de coleta de dados, podem-se identificar dois momentos centrais, quais sejam: o primeiro consistiu no levantamento documental e histórico e na inserção em campo, produzindo como resultado uma sistematização articulada ao cenário campesino-nacional de lutas e da história construída pela CEMTR-MG; o segundo momento correspondeu, por outro lado, à coleta de dados dos processos de constituição da identidade coletiva do grupo, bem como das articulações promovidas pela Comissão e da reverberação das ações por ela empreendidas nas comunidades rurais. Esse momento utilizou como ferramentas a produção de um caderno de campo etnográfico (Prado, 1994) e a realização de entrevistas individuais semi-estruturadas (Gaskell, 2003). Após a coleta dos dados referentes ao segundo momento, procedeu-se à etapa de ordenação e classificação dos dados em uma operação de categorização (Mendes, 2003; Kelle, 2003), que, ao final, produziu as seguintes categorias:

- Nas entrevistas: I) primeiras experiências organizativas; II) criação e desenvolvimento da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MG; III) trabalhos realizados pela CEMTR-MG e suas estratégias de ação/mobilização; IV) impacto da participação na luta; V) dificuldades enfrentadas na luta dos trabalhadores e, especialmente, das trabalhadoras rurais; VI) dinâmica interna da comissão e de outros grupos envolvidos na história de cada uma das mulheres entrevistadas; VII) apoios e assessorias e entidades/grupos, agentes e lógicas antagonistas; VIII) processo de desarticulação; IX) processo de rearticulação.
- No diário de campo: I) momentos de mudança/processo de conscientização; II) principais obstáculos e dificuldades enfrentadas no processo de libertação/emancipação; III) impacto da participação na luta; IV) principais formas de ação e mobilização; V) dinâmica interna dos grupos envolvidos na luta, especialmente, daqueles vinculados à CEMTR-MG; VI) principais demandas, projetos e reivindicações propostos e implementados pelos grupos implicados na luta.

Depois de organizados e classificados nessas categorias empírico-analíticas, os dados puderam ser analisados, valendo-se das balizas teóricas que orientaram o desenvolvimento do presente estudo. Contudo e dada a amplitude e a complexidade do cenário desenhado, optou-se, no presente estudo, por focalizar apenas as estratégias de ação e mobilização que a CEMTR-MG desenvolveu e os processos de conscientização construídos seja por esses agentes mais diretamente envolvidos na luta contra a opressão das trabalhadoras no contexto rural mineiro, seja por outros sujeitos aí envolvidos de forma mais periférica.

IDENTIDADE COLETIVA NA TRAJETÓRIA DAS TRABALHADORAS RURAIS

O presente trabalho, além de uma análise teórica dos processos psicossociais erigidos ao longo das lutas e da organização política empreendidas pelas mulheres trabalhadoras rurais do Estado de Minas Gerais contra a exploração e a opressão, pretende, igualmente, colocar em evidência o caráter emancipatório e libertador² – em seus níveis individual e coletivo – dessas experiências construídas coletivamente por atores sociais implicados no processo de trans-

² O termo libertação é amplamente adotado nos discursos das mulheres entrevistadas para expressar a passagem pelo processo de conscientização e emancipação que experimentam cotidianamente no exercício político, da luta contra a opressão de gênero. Ele revela também a importância da participação da Teologia da Libertação em várias comunidades rurais.

formação consciente da realidade e, sobretudo, enfatizá-las como experiências indispensáveis às lutas emancipatórias no contexto nacional (Santos & Nunes, 2003). É certo, porém, que esse movimento envolve uma série de complexidades e dimensões muito mais amplas do que aquelas observadas e abordadas nessa etapa da pesquisa. Contudo e, definitivamente, a presente reflexão não pretende esgotar os elementos e questões que configuram esse cenário, mas lançar reflexões e interpelações que contribuam para o desenvolvimento e o aprimoramento dessa luta emancipatória em particular e de outras em um contexto mais geral, bem como para indicação da relevância e do potencial de uma intervenção da Psicologia Social e Política nesse processo.

Um primeiro aspecto a se considerar para delinear as dinâmicas sociais que contribuíram para configurar a realidade atual da luta contra a opressão de gênero no contexto rural de Minas Gerais deve ser a importância das primeiras experiências organizativas da mulher trabalhadora rural. A relevância de tais experiências consiste, sobretudo, no fato de se conformarem como um espaço em que valores femininos socialmente naturalizados passam a ser objetos de reflexão e debate e acabam não só por conferir sentido e corporeidade a vivências antes fragmentadas dessas mulheres, como também por impulsionar a criação de grupos com eixos e propostas mais organizados do ponto de vista político. Nesta pesquisa, o grupo remanescente da CEMTR-MG, bem como sua dinâmica interna e externa, aparece como objeto privilegiado de estudo.

A experiência político-organizativa das mulheres do campo não começa no domínio político-trabalhista da prática sindical, mas em pequenos grupos (de matriz religiosa ou laica) nos quais essas mulheres começam a revisar os valores femininos socialmente naturalizados e a refletir e debater sobre sua condição de cidadãs excluídas e oprimidas. Esses espaços de sociabilidade – organizados e dirigidos por mulheres –, além de conferir sentido e corporeidade às vivências particulares, fragmentadas e isoladas dessas mulheres, encontram-se na origem da força política das trabalhadoras rurais de interpelação e transformação do cotidiano.

Na década de 1950, emergem organizações de trabalhadores no campo, como as Ligas Camponesas que darão origem ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, tendo como principais bandeiras de luta a regularização fundiária, o combate ao “regime de meia” e a defesa de melhores salários, direitos trabalhistas e previdenciários. Entretanto, somente em dezembro de 1963, lideranças sindicais de todo o País, organizadas em Sindicatos e Federações, decidem pela criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Se por um lado essa organização confere certa unidade e força política à categoria dos trabalhadores rurais, por outro acaba por en-

cobrir a diversidade organizativa sob o único título de trabalhadores na agricultura, os quais vêm suas especificidades diluídas no interior do movimento.

Contudo, se no início as lutas contra a exploração da classe dos trabalhadores rurais tinham caráter mais homogêneo – de uma classe trabalhadora contra um sistema de exploração –, ao longo do percurso de organização e lutas, as diversidades existentes na categoria começam a emergir e a revelar padrões de tensão, dominação e opressão dentro do próprio grupo. Nesse contexto, novas propostas de ação são introduzidas no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, antes centrado em questões de cunho predominantemente econômico, por força da mobilização e intervenção de grupos organizados que demandam o reconhecimento da sua diversidade interna e a incorporação de novas questões em sua agenda política. As mulheres trabalhadoras rurais, historicamente excluídas do espaço sindical, aparecem como figuras centrais nesse processo pelo seu protagonismo nas questões e demandas, sobretudo aquelas vinculadas às relações de gênero e participação da juventude e, especialmente, por sua capacidade articulatória e de mobilização no âmbito do movimento e dos contextos políticos mais gerais (Contag, 2002).

Nos anos 1980, década de efervescência dos movimentos sociais, as mulheres trabalhadoras rurais, com o apoio de organizações com atuação no campo, entidades sindicais, grupos feministas e partidos políticos, passam a reivindicar e a promover a sua integração no movimento sindical. Nesse processo, inauguram amplo debate sobre questões referentes ao seu papel social, entre outros, sobre a divisão sexual do trabalho e as discriminações dela decorrentes, como a atribuição naturalizada de caráter complementar e de ajuda do trabalho feminino, dando início a uma profunda revisão da imagem social da mulher do campo. A convergência entre esse quadro de reflexão e as propostas de renovação da cultura sindical contribuiu para o reconhecimento da diversidade interna da categoria dos trabalhadores rurais e atuou como elemento propulsor das transformações que ocorreriam nas práticas e discursos sindicais durante as próximas décadas.

Nesse contexto de transformações sociais e políticas, as trabalhadoras rurais têm suas primeiras experiências político-administrativas, tomam seu cotidiano doméstico e do trabalho como objeto de reflexão e discussão e, nesse esforço de tradução dos anseios individuais e das queixas fragmentadas, criam importante espaço coletivo de socialização, que passa, não apenas a permitir uma revisão de questões como a violência contra a mulher e a divisão sexual do trabalho e do exercício político, como também a potencializar importantes mobilizações em torno dessas questões. Tais atitudes e iniciativas, ao questionar os principais espaços privados e coletivos, acabam por atingir os alicerces

das relações de poder e por promover a entrada da mulher em espaços e estruturas de representação tradicionalmente ocupadas por homens. Nesse quadro de confronto entre os valores dominantes e os anseios de mudanças, as mulheres passam a enfrentar estratégias renovadas de manutenção da assimetria e desigualdade entre os sexos. Cientes dessa rede de opressão e discriminação, as trabalhadoras rurais desenvolvem novas táticas de enfrentamento e, valendo-se das posturas política e socialmente engajadas que adotam, acabam por fortalecer sua posição entre as bases e as instituições e os setores responsáveis pela representação da categoria.

Nacionalmente as mulheres trabalhadoras rurais começaram a se articular em 1985, por ocasião do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais; no entanto, em Minas Gerais, a articulação delas em torno do movimento e das lutas sindicais é oficializada a partir de 1989, em função do 1º Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Nessa oportunidade, segundo Pimenta (2003), questões importantes como a realidade da mulher trabalhadora rural na família, no trabalho e no movimento sindical; as conquistas alcançadas com a aprovação da nova Constituição Federal e a necessidade de se fazer valer os direitos, então, conquistados; a articulação das trabalhadoras rurais em mobilizações e atividades nacionais; o desenvolvimento de um trabalho de conscientização, mobilização e organização das trabalhadoras rurais no Estado e a necessidade de enfrentamento das mais diversas formas de discriminação, bem como de democratização do espaço sindical, foram debatidas e acabaram convergindo para a criação da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR).

Antes da criação da Comissão Estadual, as mulheres trabalhadoras rurais de Minas Gerais já participavam ativamente das lutas pela terra e da discussão de questões associadas a essa esfera, porém desarticuladamente e sem o devido reconhecimento. A partir da iniciativa de se organizar comissões no interior do movimento sindical para abordar a questão da mulher trabalhadora rural, a participação da mulher foi articulada em níveis mais específicos e fundamentais para o processo de construção de outro modelo de desenvolvimento para o campo que tome em consideração a dimensão de gênero, como também a relevância de se ampliar a rede de discussão dessas e de outras questões. Nesse sentido, muito trabalho foi realizado em Minas Gerais na direção de articular a organização das trabalhadoras rurais e sua participação efetiva nos sindicatos e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg).

No final da década de 1980, a Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais estava engajada no processo de organização dessas mulheres e na de-

finição dos planos e estratégias de ação desse grupo, e, já no início da década seguinte, avanços importantes começam a ser alcançados. Assim, a participação das mulheres trabalhadoras rurais no 2º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais acabou por inseri-las no espaço político formal de disputas e negociações, quais sejam: elas apresentaram suas propostas e bandeiras de luta (ênfatizando a necessidade e os desejos de acessar os direitos conquistados com a Constituição de 88), indicaram uma trabalhadora para integrar a diretoria da Fetaemg e estabeleceram alianças e parcerias com a Central Única dos Trabalhadores, com a Rede Mulher, com a Comissão Pastoral da Terra e outras instituições e segmentos importantes para o então nascente percurso de lutas da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Se o espaço na diretoria da Fetaemg, tradicionalmente masculino, não foi alcançado, avanços importantes na direção do reconhecimento de suas reivindicações foram estabelecidos, a saber, as propostas e bandeiras de luta das mulheres foram aprovadas como deliberações desse 2º Congresso.

A trajetória seguida por essas mulheres, ao mesmo tempo em que as fortalece conquanto grupo e identidade coletiva, aponta para novos desafios e espaços de tensão a ser confrontados. Nesse contexto, a abordagem e a reflexão das relações de gênero, que são incluídas nas discussões desse grupo, acabam por fornecer a suas componentes instrumentos não apenas para desvelar a desvalorização e a subordinação do feminino em relação ao masculino no contexto rural, mas, sobretudo, para elaborar propostas e estratégias de intervenção que possam ultrapassar a lógica machista de discriminação e marginalização da mulher.

Após a verificação de uma série de estratégias e mecanismos de inferiorização, bem como de manutenção dessa inferiorização – a atribuição naturalizada do caráter de ajuda do trabalho feminino, a divisão sexual do trabalho (que legitima a superioridade do trabalho masculino em relação ao trabalho feminino), entre outros –, a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais identifica, no reconhecimento da mulher conquanto trabalhadora rural, o principal desafio que se coloca nesse momento para o grupo e passa, então, a orientar suas ações e intervenções nessa direção, investindo, todavia, em atividades de formação e capacitação de lideranças e trabalhadoras rurais.

Em 1993, grandes avanços foram empreendidos, tanto na direção de maior ocupação dos espaços de decisão e conseqüente ampliação da ação política desses sujeitos quanto do fortalecimento da mulher nas diversas frentes de luta do contexto rural, especialmente no que se refere à questão da especificidade feminina. Em âmbito estadual, a maior participação das mulheres no 3º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais corroborou para que, pela primeira vez na história do movimento sindical, elas alcançassem um cargo na diretoria exe-

cutiva da Fetaemg, o que se deu com a eleição da trabalhadora rural e assentada da reforma agrária, Maria Antônia Costa Nogueira, conhecida por Lia. Em nível nacional, durante o 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Tereza Santos Silva, conhecida como Tereza de Araxá, é eleita como diretora efetiva da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Apesar das dificuldades enfrentadas, as mulheres da Comissão se envolvem com o desafio de conquistar maiores espaços no interior daquela entidade e, nesse contexto, defendem não apenas a filiação da Contag à Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas também intensificam a luta pela conquista de direitos das mulheres trabalhadoras rurais, como o direito ao salário-maternidade para as pequenas produtoras rurais, o qual é instituído no contexto rural em 1994.

No início da década de 1990, a questão de uma redefinição identitária que passava, necessariamente, pelo reconhecimento da mulher camponesa como trabalhadora rural, já havia sido indicada como eixo fundamental para a transformação das relações sociais no campo, e em 1995 essa questão recebe destaque e ganha corporeidade em amplas campanhas de documentação e trabalhos de formação (Cedefes/Fetaemg, 1999).

Nesse contexto, as experiências organizativas dessas mulheres tornam-se elemento essencial para compreender quais estratégias e instrumentos elas utilizaram (e ainda utilizam) na direção de construir um universo nômico – de sustentação e redefinição subjetiva, política e identitária (Klandermans, 1997; Prado, 2002) –, e de organizar espaços de reflexão e questionamento da sua condição de oprimida, para, assim, esclarecer os caminhos que lhes possibilitaram romper com seu isolamento doméstico (Pimenta, 2003).

Antes, contudo, de proceder a uma análise mais detalhada de cada um dos dois recortes selecionados na etapa metodológica (estratégias de ação e mobilização e processos de conscientização desenvolvidos no interior do movimento), bem como da dinâmica estabelecida entre eles, torna-se relevante ressaltar o porquê do privilégio concedido a ambos aspectos. Primeiramente, deve-se recordar que um dos objetivos centrais do presente trabalho consiste em verificar a passagem de uma condição alienada, fragmentada e restrita ao doméstico, imprimida de forma naturalizada sobre as mulheres trabalhadoras rurais, para uma condição de subjetividades políticas conscientes e ativas (Santos, 2004); versa, pois, nesse contexto, sobre os processos de conscientização. De outro lado, a escolha das estratégias de ação e mobilização se dá, sobretudo, em função da compreensão dos processos e das dinâmicas que permitiram a esses sujeitos a passagem de uma condição heterônoma para a condição de maior autonomia. Ademais, torna-se importante ressaltar o duplo elo que conecta as estratégias de ação/mobilização e o processo de conscientização – a saber, a iden-

tidade política, que, ao mesmo tempo em que é possibilitada e constituída no interior do processo mobilizatório, se apresenta como elemento mediador da consistência interventiva dos grupos envolvidos na luta; o que amplia e dinamiza o quadro analítico definido.

A mobilização coletiva, além de uma série de estratégias de ação, configura-se como “[...] um processo de desenvolvimento de condições materiais, psicossociais e políticas” (Prado, 2002, p. 60), que permite a constituição de identidades políticas. Nesse processo, alguns elementos emergem como estruturas mediadoras fundamentais para a construção e adequação do universo nômico que apóia a coesão do grupo e a identidade de suas práticas discursivas e de ação.

Um primeiro aspecto a se notar para compreender a organização desse processo é a complexidade do ator coletivo em questão. Vale recuperar a noção de ator coletivo desenvolvida por Melucci (1996), segundo a qual, além da unidade e homogeneidade aparentes, um movimento caracteriza-se, sobretudo, por uma ebulição de significados, crenças, formas de organização, entre outros aspectos, freqüentemente divergentes e conflituosos. Se de um lado a dinâmica interna da CEMTR-MG não se caracteriza por essa disparidade e fragmentação internas e, ao contrário, mostra coerência e coesão admiráveis em suas discussões e decisões, por outro não se pode dizer quando se amplia o foco e se centra o olhar sobre o movimento das trabalhadoras rurais na sua base.

Engraçado, as mulheres eram de regiões diferentes, mas não existiam conflitos, não... as dificuldades e os objetivos eram os mesmos e estavam ligados ao reconhecimento da mulher camponesa. Quer dizer, às vezes tinham alguns conflitos de indicação de liderança... que envolvia questões de vaidade, principalmente, e poder também, né?!? Mas essas pessoas tinham um perfil diferente daquelas mulheres e, com o tempo, a gente começou a aprender quais eram as pessoas de total confiança e quais eram aquelas que não eram... (Diário de campo, p. 16-17)

Nessa fala, Dona Eva³ acaba por evidenciar alguns conflitos internos, que, contudo, não são representativos e tampouco relevantes na dinâmica interna da Comissão e, ao contrário do que sugere Melucci (1996), nesse grupo os conflitos internos não parecem configurar-se como importante fonte de dispêndio energético, e a coesão e união em torno de dificuldades e objetivos semelhantes acabam por se constituir em fonte de energia tanto para a articulação interna e união do grupo como para a conexão do grupo com outras entidades, como substrato para a constituição de uma identidade grupal surpreendente-

³ Evina Teixeira da Cruz, diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Medina e ex-diretora da Fetaemg e ex-integrante da CEMTR.

mente consistente e muito pouco divergente, portanto. Por outro lado, o foco sobre o conjunto de grupos que dá suporte ao Movimento contra a opressão de gênero evidencia exatamente essa diversidade apontada anteriormente.

Mais do que divergências e fragmentações internas do Movimento, o que se observa, por trás dos conflitos e cisões internas, é que outras estratégias de ação são articuladas para que a coesão da rede seja minimamente mantida.

Além da complexidade do ator coletivo, a constituição da identidade coletiva de mulher trabalhadora rural apresenta-se como um dos primeiros elementos que emerge na dinâmica de mobilização e, que, portanto, acaba por configurar-se como condição fundante e sustentadora das práticas articulatórias e de ação do grupo. Um primeiro aspecto a se ressaltar desse elemento é seu caráter dinâmico e processual, que se materializa tanto em séries de negociações e acordos como em um tecido de crenças, valores, expectativas e utopias compartilhadas, como em práticas e posturas intra e extragrupo regulamentadas; configurando, pois, um aspecto essencial para a coesão interna do grupo e a consistência de suas práticas sociais, ou seja, o sentimento de pertença grupal (Prado, 2002). Dos elementos que compõem essa estratégia de sustentação da integração grupal, o compartilhamento de crenças, valores, expectativas e utopia aparece de forma recorrente na fala das entrevistadas. Vejamos:

[...] é simplesmente igualdade em todos os sentidos, igualdade! Igualdade de gênero, em relação de gênero, em todos os sentidos... é... a... injustiças sociais banidas, né, é... tudo repartido, tudo como o projeto de Deus, né, o projeto que ele deu pra nós, né. Que nós temos que lutar para que, pelo menos, diminua tanta desigualdade, né, que existe hoje, né. [...] Igualdade mesmo, hoje em dia, nós sabemos que nunca vai ter, sempre vai ter, o... né... uma pirâmide, né? Mas que essa pirâmide seja... seja... seja menor, né, que esses excluídos, esses excluídos, né [...] Por isso que eu falo que é a longo. (Entrevista II – Zelita,⁴ 12-B)

“[...] eu não sei como a gente consegue... cada um tem que se virar de um jeito... mas acho, acho que os objetivos de construir um mundo melhor para se viver... isso nos tornou muito unidos, apesar das dificuldades que enfrentamos e do massacre a que somos submetidos”, e continua, “nossa luta pela sobrevivência, é isso que nos unifica e a gente vai criando uma rede de solidariedade em que um confia no outro e vai dividindo com o outro a própria experiência, o próprio aprendizado”. (Diário de campo, p. 17, diálogo com D. Eva)

Nesses dois recortes, pode-se perceber que, mais que discursos convergentes e articulatórios, essas falas apresentam-se como mediações objetivas que

⁴ Zelita Gomes dos Santos – ex-diretora do STR de Palmópolis e ex-integrante da CEMTR.

não apenas mantêm os sujeitos mobilizados em torno de um projeto maior e, fundamentalmente, utópico, mas também os mobilizam na direção de concretizar projetos menores e potencialmente realizáveis que se encontram, em última análise, em função do ideal mais elevado de construção conjunta de uma nova dinâmica de poder mais acessível e produtiva.

Outro aspecto trazido por essas falas dialoga com uma questão que Lane aponta em sua construção teórica como elemento fundamental para a integração e a coesão grupal, isto é, a convergência de condições históricas e sociais semelhantes de dominação, exploração, opressão e subordinação dos agentes envolvidos na luta (Lane, 1987). Contudo, a construção de objetivos comuns que visam, sobretudo, ultrapassar a condição inicial de indivíduos fragmentados e alienados e alcançar a condição de conscientes e implicadas com a luta e com a emancipação de outros indivíduos e, em um nível mais utópico, de toda a categoria, aparece, nesse contexto, como elemento central no processo de articulação e nos mecanismos de coesão grupal.

Para dar continuidade à análise dos processos e elementos mediadores da dinâmica de mobilização e das estratégias de ação do grupo, outra dimensão deve ser considerada: as práticas e os processos culturais implicados na construção da cultura política dos grupos que configuram a ação do movimento e na reflexão acerca das crenças e valores compartilhados, bem como de ações e intervenções concretizadas.

Uma importante manifestação cultural-religiosa vem sendo organizada e realizada há 15 anos pelos moradores da cidade de Medina (Vale do Jequitinhonha), em associação com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município: a Romaria Zé Teixeira. Em relação a essa romaria, o aspecto que mais chama a atenção é o fato de esses trabalhadores e trabalhadoras rurais terem, desde o início, pensado na organização desse evento como forma de mobilização que funcionasse como um espaço de reflexão. Esse processo teve lugar no início dos anos 1990 – momento em que alguns atores sociais já se encontravam envolvidos nas lutas pelos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; e, nesse contexto, escolhem o Dia do Trabalhador Rural (25 de julho), como o elemento que unificaria a manifestação, a vivência religiosa e articulação política, em um movimento reflexivo que repensasse a história de organização, participação, luta e “libertação” desses sujeitos, entre outros aspectos, que dão forma e consistência ao caminho por eles percorrido.

As atividades culturais emergem, nesse quadro, como ferramenta indispensável para dar visibilidade e compreender formas distintas de resistência e estruturação social, já que “[...] incorpora e dá forma a racionalidades alternativas, sem constituir, sempre e em todos os campos, um campo distinto da vida

social” (Santos & Nunes, 2003, p. 37). Outro elemento que participa e conforma o processo de construção da dinâmica mobilizatória do grupo de mulheres trabalhadoras rurais na luta contra a opressão é a formação de redes de solidariedade latentes (Melucci, 2001), nas quais unidades independentes do movimento mantêm uma série de relações mediante a troca de informações e experiências; relações essas que garantem não apenas certa homogeneidade ao conjunto do movimento, como recursos e acesso a elementos da cultura política do grupo, que conferem consistência e força às situações de intervenção e mobilização, quanto as formas anteriores de existência das redes informais dão lugar à ação coletiva visível (Melucci, 2001). Em um dos relatos recolhidos na inserção em campo, parte da dinâmica dessas “redes latentes no cotidiano” pode ser visualizada:

[...] pergunto sobre a importância da articulação dos sindicatos do Vale do Jequitinhonha e, entre outras coisas, as mulheres apontam essa integração, fundamentalmente, como uma importante rede de solidariedade, intercâmbio e troca de experiências e apontam a iniciativa como uma ferramenta política relevante nos processos decisórios: “uma carta assinada por dez sindicatos tem muito mais força e respeito do que uma carta assinada por um sindicato de forma isolada”. [...] Ainda em relação a esta rede de apoio e relações estabelecidas, as mulheres relatam que os esforços e a organização dos sindicatos, depois de algum tempo, acabaram por projetar internacionalmente o Vale do Jequitinhonha como uma referência na organização de trabalhos sociais. (Diário de campo, p. 9)

Por fim, um último elemento a se analisar neste estudo é a constituição da identidade política desses agentes. Nesse processo, fica patente que se opera uma passagem na compreensão das relações de dominação: deve-se, necessariamente, passar de uma ótica que entende essas relações sob a égide da submissão (marcada pela funcionalidade e pela alienação do dominado) a outra que as compreende sob o prisma da opressão (reconhecimento de um impedimento operante na relação de dominação). Quando se passa à compreensão do caráter opressor das relações de dominação, do antagonismo gerado em função do impedimento do dominado, emerge a possibilidade de constituição do político (Mouffe, 1999; Prado, 2002). Esse movimento de passagem é observado amplamente nas falas e nos relatos das trabalhadoras rurais entrevistadas; a seguir alguns trechos ilustrativos desse movimento de constituição da identidade política são transcritos:

Gecina⁵ aponta que este reconhecimento [do trabalho da mulher no campo] é fundamental para apontar o valor produtivo da mulher na família, na roça e na socie-

⁵ Trabalhadora rural da comunidade de Gameleira, município de Medina – MG.

dade, para garantir o acesso das trabalhadoras rurais aos direitos e benefícios incluídos em um contexto profissional, anteriormente desconsiderados e, finalmente, para conseguir conscientizar e libertar a mulher rural: “antes a gente nem sabia o que era trabalho, hoje a gente sabe da importância de ser trabalhadora rural e a gente luta para ser reconhecida por isso e para que as nossas companheiras também sejam reconhecidas”. (Diário de campo, p. 20)

Nesse momento, torna-se profícuo passar a análise da condição que todo esse movimento possibilita alcançar, não como um alvo final mas no *continuum* do processo mobilizatório; dos processos de conscientização, pois, promovidos e construídos no interior e ao longo da dinâmica de mobilização empreendida pelos agentes envolvidos na luta contra a opressão no cenário rural mineiro, bem como dos impactos subjetivos e sociais que tiveram lugar ao longo desse processo identitário. Antes, contudo, de se passar à análise propriamente dita desses dados, vale, mais uma vez, sublinhar o caráter descontínuo e, por vezes, pontual dessa dinâmica.

A constituição da identidade política – experimentada sob a fórmula de “um ‘NÓS’ que está sendo impedida por um ‘ELES’” (Prado, 2002, p. 60) – é o elemento que, nos relatos das mulheres entrevistadas, aparece mais imediatamente conectado às experiências de conscientização desses sujeitos e os motiva a se integrar e a participar dos processos coletivos de enfrentamento do impedimento posto. Essa identidade política aparece, em todos os sentidos e em cada uma das falas, conectada à participação desses agentes no movimento e na luta contra a opressão de gênero, como uma experiência emancipatória que é, ao mesmo tempo, processada e vivida por essas mulheres, e, ainda, encontra ressonância social e política em objetivações coletivas como o reconhecimento social delas como trabalhadoras rurais.

A respeito dessa conexão – objetiva e subjetiva; estabelecida entre a participação política e o processo de conscientização –, pode-se dizer que ela dialoga com umas das vias sugeridas por Heller (1991) para a elevação do indivíduo à condição de sujeito reflexivo e implicado com a transformação da realidade social, dado que ela permite a convergência entre o desejo individual e valores humanos socialmente compartilhados. O trecho a seguir revela esse movimento de implicação solidária e afetiva (no nível individual) como elementos motivadores essenciais no processo mobilizatório:

[...] D. Nô⁶ diz ter entregado a vida pelo trabalhador e diz sentir muito orgulho disto: ‘não troco isso por nada, minha filha... Eu to nessa luta porque eu gosto, porque eu adoro! Tenho 71 anos e não tinha necessidade de fazer o que faço, mas não meço esforços para continuar meu trabalho com os trabalhadores e trabalhadoras

⁶ Leonor Ferreira Salomão, presidente do STR de Pedra Azul e ex-integrante da CEMTR – MG.

rurais [...] meu trabalho mudou a vida destes trabalhadores rurais, antes, elas eram pessoas mortas, só sabiam o que era enxada... aí, quando você vê, essas pessoas começam a participar das reuniões, dos encontros, das discussões, e logo, estão nas frentes de ação dos projetinhos... e você vê o povo mais consciente, com mais autonomia e muita alegria', e continua, "tem mulher que você precisa ver... você diz para ela falar algumas coisinhas em um ato público e ela te diz que não sabe falar, quase chora de medo... depois, ela vai lá pra frente e fala cada maravilha.... é um progresso maravilhoso!". (Diário de campo, p. 14-15)

Nesse ponto, torna-se importante retomar o conceito de identidade política; conforme já mencionado, "ela é experienciada como um 'NÓS' que está sendo impedida por um 'ELES'" e no contexto então analisado este "ELES", mais do que referido a determinados grupos específicos, insurge como uma lógica antagonista cotidianamente difundida (bem como uma série de práticas por ela sustentada): o machismo. Os espaços doméstico, comunitário e do trabalho convergem em práticas e discursos que articulam e sustentam, em última análise, o não reconhecimento da mulher camponesa como trabalhadora rural. A atribuição naturalizada do caráter de ajuda do trabalho feminino (mantenedoras do equilíbrio doméstico), a divisão sexual do trabalho (que legitima a superioridade do trabalho masculino em relação ao trabalho feminino), o isolamento doméstico, a dupla ou tripla jornada de trabalho, a criação dos filhos vista como uma obrigação feminina, entre outros, configuram estruturas e práticas sociais que, em maior ou menor grau, contribuiriam (e ainda contribuem) para o reconhecimento da mulher como mera ajudante nos domínios econômico, político, cultural e do trabalho.

A essas práticas, discursos e operações corresponde um movimento que Melucci (2001) define como uma ruptura da reciprocidade do reconhecimento entre atores que participam da produção de recursos sociais fundamentais e de cuja consciência depende a mobilização do grupo não reconhecido em sua dimensão produtiva em torno da mudança social e da reconfiguração das relações de poder. É importante destacar que, para Melucci (2001), a dimensão produtiva ultrapassa a noção econômica da expressão e passa a incorporar todas as esferas da vida social.

A desproporção entre a participação da mulher no processo produtivo e o reconhecimento da sua importância social (e, por vezes, até mesmo familiar) como trabalhadora rural opera sobre as mulheres do campo nos mais diversos níveis: econômico, social, cultural/simbólico e político. Contudo, o desvelamento dos mecanismos de não-reciprocidade no reconhecimento da participação produtiva desses sujeitos vem transformando não apenas o espaço agrícola mineiro e os cenários político, social e cultural desse contexto, como também vem permitindo o reconhecimento dessas mulheres como trabalhadoras ru-

rais. Tal reconhecimento é de importância estratégica e implica uma complexidade que se revela em seu caráter multifacetado, que, além de reestruturação no espaço da produção e das políticas de desenvolvimento rural, imprime necessidades de revisão e transformação sobre as várias esferas da vida cotidiana.

Assim, a questão do reconhecimento da mulher camponesa como trabalhadora rural emerge como mecanismo central na dinâmica mobilizatória articulada por essas mulheres; ela implica um complexo conjunto de relações e de jogos de poder, na medida em que, como forma identitária, comporta reestruturas profundas das relações sociais estabelecidas em diversos níveis. Se sob a alcunha de “do lar” ou de “doméstica”, a condição essencialmente marginalizada, fragmentada e restrita ao espaço doméstico da mulher é vivenciada, e as práticas e discursos de exclusão e desigualdade social em relação à mulher são legitimados, a identidade de trabalhadora rural implica outro universo de relações que encontra ressonância em todas as esferas da vida cotidiana (Heller, 1991).

As tensões, reflexões, negociações e conflitos imprimidos nesse movimento identitário se dão no nível individual e coletivo (Prado, 2002); lugares como a família, a comunidade rural, os sindicatos, outros espaços e organizações políticas estão fortemente implicados nesse processo. A complexidade dessa forma identitária deriva, pois, de seu caráter multidimensional; o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural não tem seus efeitos limitados ao domínio do trabalho; ao contrário, estende-se a todos os outros desenhos de relações sociais (Pimenta, 2003).

A identidade política configura-se, assim, como aquele elemento que, ao mesmo tempo, é possibilitado e constituído no interior do processo mobilizatório e revela-se como elemento mediador da consistência interventiva dos grupos envolvidos na luta e, nessa medida, promove transformações subjetivas e objetivas tanto em indivíduos particulares como nas diversas esferas (espaço, lógica e prática) da vida cotidiana; realiza, pois, a potência emancipatória das formas de ação coletiva em diferentes espaços da cotidianidade.

Abstract

This paper is based on research about rural workwomen's social movements in Minas Gerais. It focuses on group discourses and practices that collaborated to the process of constitution of the group's political identity, which culminated in the organization of the *Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais* (State Commission of Rural Workwomen). Through data collected from historical documents, semi-structured individual interviews and a field diary, a content analysis was made based on two important categories: mobilization strategies and social awareness process. The results show that political identity is a fundamental component of the mobilization process and works as a mediator of the interventive consistency of the groups involved, promoting subjective and objective transformations in daily life at individual and collective levels.

Key words: Social movements; Rural workwomen; Political identity; Political psychology.

Referências

- Cedefes/Fetaemg. (1999). *Organização e luta pela reforma agrária em Minas Gerais. Informativo Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais*, ago.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (2002). *A mulher e o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais: trajetória de lutas*. Brasília: Contag.
- Della Porta, D. & Diani, M. (1999). *Social movements – an introduction*. Massachusetts: Blackwell Publishers.
- Diário de campo. (2004). *Anotações referentes ao trabalho de campo em viagem ao município de Medina*.
- Gaskell, G. (2003). Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Gohn, G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Heller, A. (1991). *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península.
- Johnston, H. & Klandermans, B. (1995). The cultural analysis of social movements. Social movements and culture. *Social movement, protest and contention*. Minneapolis: University of Minnesota Press. Vol. 4.
- Klandermans, B. (1997). *The social psychology of protest*. Cambridge: Blackwell.
- Klandermans, B. & Staggenborg, S. Introduction. (2002). In: Klandermans, B. & Staggenborg, S. *Methods of social movement research. Social movement, protest and contentions*. Minneapolis: University of Minnesota Press. Vol. 16.

- Kelle, U. (2003). Análise com auxílio de computador: codificação e indexação. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Lane, S. T. M. (1987). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: Lane, S. & Codo, W. (Org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Lichterhan, P. (2002). Seeing structure happen: theory-driven participant. In: Klandermands, B. & Stagenborg, S. *Methods of social movement research*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Machado, F. V. & Prado, M. A. M. (2004). *Movimentos homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros*. Relatório de Pesquisa: UFMG/Núcleo Psicologia Política.
- McAdam, D. (1992). *Political process and the development of black insurgency, 1930-1970*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- Mendes, J. (2003). *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.pdf>>. (Acesso em: 15 jul. 2004).
- Mouffe, C. (1999). *El retorno del político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Paidós.
- Pimenta, S. D. C. (2003). *Reconfigurações de gênero na agricultura familiar: um diálogo entre cidadania, subjetividade e identidade de mulher trabalhadora rural – o caso do projeto de Assentamento Aliança*. Belo Horizonte, Projeto apresentado para exame de qualificação no Mestrado em Psicologia da Fafich/UFMG.
- Prado, M. A. M. (1994). *A consciência e a constituição de valores comunitários*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Prado, M. A. M. (2000). *Des-Razão: sujeitos da consciência e políticas de identificação – mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas*. Tese de Doutorado não publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Prado, M. A. M. (2001). Psicologia política e ação coletiva. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 149-172.
- Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 11(8), 59-71.
- Sandoval, S. (1989). A crise sociológica e a contribuição da Psicologia Social ao estudo dos movimentos sociais. *Revista Educação & Sociedade*, 34(9), 122-128.
- Sandoval, S. (2001). The crisis of the Brazilian Labor Movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 173-193.

Santos, B. S. & Nunes, J. A. (2003). Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: Santos, B. S. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, B. S. (2004). *Do pós moderno ao pós colonial*. E para além de um e outro. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/mis/doc_posmoderno_ao_poscolonial.pdf>. (Acesso em: 30 set. 2004).